

Ninguém dorme e acorda sustentável

Palavra do gestor

Sonia Consiglio



Gosto da expressão “lugar de fala”, afinal, é muito importante entender a realidade e experiência de quem emite uma mensagem, pois elas influenciam o discurso. É, portanto, do meu lugar de fala que escrevo este artigo sobre os movimentos de sustentabilidade propostos por Anbima, Banco Central, B3 e CVM: tenho uma carreira executiva de mais de vinte anos no mercado financeiro e de capitais estruturando áreas de sustentabilidade e

atuo hoje como conselheira de administração, entre outras atividades relacionadas ao tão famoso ESG.

Antes, vamos ao contexto. Vivemos um momento de mudança de modelo de mundo, pressionados por crises climáticas, sociais, de governança e econômicas. Em decorrência, presenciamos alterações estruturais pautadas pela sustentabilidade. Exemplos: foi aprovado na COP26, em dezembro de 2021, o mercado global de carbono; a União Europeia vem anunciando medidas para descarbonizar sua economia com impactos na cadeia global de clientes e fornecedores; foi validado no Senado americano um pacote de investimento de US\$ 430 bilhões para combate às mudanças climáticas.

Na esteira de tantos acontecimentos, surgem as regulações e autorregulações. O desenvolvimento desses arcabouços é desafio que desconhece geografia e o cenário internacional está progredindo de forma dinâmica. E o Brasil? Considero que

estamos dentro desse jogo. Na retranca ou no ataque, depende da opinião do comentarista. Mas, certamente, jogando.

Olhando para esses quatro atores nacionais, o Banco Central saiu na frente. Na Rio+20, em 2012, comunicou a criação da Resolução 4.327 para implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), considerada um benchmark mundial. Em 2021, deu novos passos, como o lançamento de resoluções sobre gerenciamento de riscos sociais, climáticos e ambientais. Neste caminho, não vi nenhuma grande reação negativa. Se houve, foi localizada e acabou sendo diluída pela incorporação das propostas pelo mercado.

No ano passado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução 59, que alterou as Instruções 480 e 481. No tocante a ESG, as empresas deverão passar a reportar, no modelo “relate ou explique”, informações como matriz de materialidade, emissões de gases de efeito estufa, riscos

sociais, ambientais e climáticos e diversidade. Neste caso, houve mais críticas, na linha de que a CVM estava sendo tímida e que a norma deveria ser mais prescritiva.

Recentemente, dois fatos vêm despertando paixões. Um deles é o lançamento das regras da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) para identificação de fundos sustentáveis. A entidade definiu, após detalhado trabalho a várias mãos e cabeças, quando um fundo pode ser considerado de “investimento sustentável” ou de “integração ESG”, as duas categorias criadas. A iniciativa foi aplaudida por uns, como eu, e criticada fortemente por outros, com palavras como “retrocesso” e “desserviço”, seja porque a barra estaria baixa e/ou pelos critérios das qualificações. De partida, a Anbima disse que era um processo de aprendizado, dado seu ineditismo, e que está aberta a fazer os ajustes que se mostrarem necessários.

Outro foco de fortes críticas é a recém-anunciada proposta da B3 para companhias listadas

em modelo “relate ou explique”. Ela inclui quantidade de mulheres e membros de grupos minorizados em conselhos de administração e diretoria estatutária e inclusão de critérios ESG na remuneração variável. Os argumentos são de que as medidas (que estão em audiência pública até 16 de setembro) deveriam ser mais rígidas e não estimularão o avanço na velocidade necessária.

Volto ao meu “lugar de fala” para comentar esses fatos. Não há dúvidas sobre a urgência dos temas ESG. Sabemos todos e todas que não temos tempo a perder e precisamos correr, e muito. Mas entre o ideal e o real há um caminho nem sempre simples a ser percorrido. Quem está na linha de frente sabe como é. Várias vezes entrei na sala de um CEO com uma proposta absolutamente relevante e voltei para a área com ela embaixo do braço, tendo que encontrar energia para não desanimar a equipe. Como lidei? Refleti, revi, ajustei, mexi, repautei em outra ocasião. Em geral, consegui avançar, não da forma original, mas da possível para o momento.

Na minha opinião, “na força não vai”. Claro que é preciso haver contrapontos, críticas e sugestões, porque nem sempre conseguimos ver os variados ângulos de uma questão, ainda mais quando estamos envolvidos. Lembro com apreço das ocasiões em que mudei de ideia a partir da colocação de outra pessoa. Mas lembro também de dois fatores decisivos em todas elas: o respeito e a empatia ao que eu estava propondo. Encerro essa reflexão com uma frase que já vi creditada a Napoleão Bonaparte e D. Pedro II. Independentemente da autoria, ela resume bem a inexorável implementação da agenda ESG: “Vamos devagar, pois eu tenho pressa”.

Sonia Consiglio é SDG Pioneer pelo Pacto Global da ONU e especialista em Sustentabilidade

E-mail soniafavaretto@hotmail.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.